



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638549 - SP (2021/0001133-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIELA MOSCIARO PADUA - RJ172794
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ WANDER DREGER CABRAL (PRESO)
OUTRO NOME : LUIZ WANDER DREGEL CABRAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ WANDER DREGER CABRAL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal nº 0004451-95.2020.8.26.0510).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

A impetrante sustenta que o reeducando cumpriu os requisitos legais para a obtenção do livramento condicional e da progressão ao regime semiaberto, destacando que a última falta disciplinar cometida foi de natureza média.

Alega que a previsão do prazo de reabilitação nos moldes do art. 89 da Resolução n. 144 da SAP viola os princípios da proporcionalidade e da individualização da execução da pena, devendo, portanto, ser reconhecida a sua inconstitucionalidade.

Assevera que o pleito defensivo foi indeferido com base em circunstâncias não previstas em lei e que o cumprimento da sanção em modo intermediário não é requisito para o deferimento do livramento condicional.

Requer, liminarmente, o deferimento do livramento condicional ao paciente ou, subsidiariamente, a progressão ao regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente